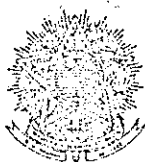


Acervo
ISA

CEDI - P. I. B.
DATA 04/93
COD. XUD 0312



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília,

12 de abril de 1983.

Exmo. Sr. Ministro Mário Andreaza,

A situação do índio no Brasil e a assistência que vem sendo dispensada a esses silvícolas, por parte do órgão tutor, a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tem sido objeto de análise e crítica, tanto por parte dos próprios índios como por pessoas que, de uma forma ou de outra, tem interesse por essa questão.

Quando nos referimos a essa problemática, não queremos dimensionar e nem desassociar a questão do índio como sendo um problema que envolve somente aquelas pessoas, que por força das circunstâncias poderiam ser governo-tutor e índio-tutelado, a exemplo do conceito pai e filho, tão amplamente divulgado e interessante para o extinto Serviço de Proteção aos Índios. É lamentável que essa idéia ainda perdure na cabeça e por consequência nos atos de muito "papai-grande" hoje no governo.

AO

EXMO. SR.:

MÁRIO DAVID ANDREAZA

M.D: MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR

BRASILIA - D. FEDERAL



A verdade é que os tempos mudaram e não é diferente para nós índios. Nestas últimas décadas, sofremos todos os tipos de revêzes e conflitos tanto com fazendeiros e empresas agro-pecuárias inescrupulosas ou pessoas que embora bem intencionadas em atendimento a uma política de integração do governo, deixaram os centros urbanos e seguiram em busca de dias melhores nos mais distantes lugares onde a presença do índio era constante. Desta experiência amarga, sobrou para nós - aqueles que sobreviveram - uma consciência real e forte de o "papai grande" que dirige nosso caminho é o mesmo daquele que promove o nosso extermínio.

A FUNAI, desde sua criação, em substituição ao Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.) tem levado a política indigenista oficial, a uma total descredibilidade, tanto a nível nacional, como internacional. Os erros que se cometeram durante esses dezesseis anos de existência da FUNAI, foram tantos e de tão alta gravidade, que hoje, nenhum índio, por mais distante que ele esteja de sua consciência e seus direitos, não demonstra nenhuma credibilidade no órgão de assistência.

Nessa condição, assistimos a todos os dias, as discrepâncias, o distanciamento entre o órgão tutelar e a realidade indígena e o desinteresse em estabelecer uma política indigenista oficial que corresponda aos anseios das comunidades e que nos assegure aquilo que está legalmente instituído pela lei 6.001 - Estatuto do Índio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. III

Como índio e como Deputado Federal, Sr. Ministro, mais do que nunca estou convencido da necessidade de se fazer urgentemente uma mudança substancial e consciente da estrutura e na filosofia do órgão chamado FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI.

O propósito e o compromisso do governo em garantir os direitos e a sobrevivência dos povos indígenas, está expressa e clara, na própria constituição do nosso país. Mas em contrapartida a FUNAI tem usado dos mais variados subterfúgios para eximir-se de sua responsabilidade, desrespeitando até mesmo a própria Constituição.

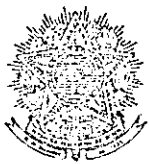
No desejo de sensibilizar V. Excia e colaborar para que o governo recupere a credibilidade perante os índios é que apresento minuciosamente, considerando o conceito de hierarquia da FUNAI, a situação real de cada representante e sua atuação, analisando estes mesmos representantes de um ponto de vista puramente indígena.

O conceito ou opinião expressado aqui, referente a cada representante da FUNAI, é fruto de uma ampla pesquisa coletada junto a várias comunidades indígenas ou junto isoladamente de cada índio que chega até Brasília.

Análise e comentários sobre os dirigentes da FUNAI

1. Coronel Paulo Moreira Leal - Presidente da FUNAI.

- a) Na maioria das vezes, recusa a receber os Chefes de Comunidades indígenas que vem a Brasília a procura de solução de problemas mais graves.



b) Quando recebe, tem confessado que não tem capacidade e nem meios para dar solução a questão do Índio;

c) Não tem sensibilidade e nem conhecimento pela questão do Índio. Continuamente ameaça de mandar prender chefes de comunidades, que insistem na solução dos seus problemas;

d) Omisso no cumprimento da L&E contra corrupção de funcionários da FUNAI.

2. Cel. Ivan Pinto Tancredo - Chefe do Gabinete da Presidência

a) Os Índios não o conhecem, apesar de tanto tempo no cargo.

3. Cel. Arnando R. Tabuada - Assesores da Presidência

Cel. Bolívar F. Vieira - Ass. da Presidência

Cel. Anael Lemos Gonçalves - Ass. da Presidência

Sr. Marcelo Sobreira.

- Com exceção do Cel. Anael Lemos, todos os outros assessores, os Índios não os conhecem. No caso do Cel. Anael, trata-se de pessoa que já foi espancado e expulso por duas vezes (Área Kavante e Área Kaingangue) e os Índios tem verdadeiro desprezo por sua pessoa. E é conhecido e famoso por sua especialidade em depor chefias de comunidades que visita, contrariando os valores e tradições tribal.

4. Capitão de Fragata Humberto da Costa Couto - Chefe da Assessoria de Informações - ASI.

Assessoria totalmente inoperante. Não se antecipa aos conflitos entre Índios e brancos. Conhecido pelos Índios, como casa de "fuxico".



5. Jarbas Nolacco Salenini - Chefe da Assessoria do
Planejamento - ASPLAN

Assessoria onde está congregado 13 economistas que nunca visitaram aldeias indígenas. Onde se elabora projetos de desenvolvimento comunitário, sem consultar previamente as comunidades indígenas interessadas. Para nós índios, essa assessoria deveria ser responsabilizada pelos grandes investimentos aplicados em construções e compra de máquinas, que se tornam totalmente obsoletas e não tem serventia para os índios.

6. Cel. Ivan Zanoni Heusen - Chefe Assessoria de Estudos e
Pesquisas - AGESP

Esta assessoria, chefiada pelo Coronel Zanoni é considerada por nós índios como sendo mentora festa política anti-índio que hoje tem conta da FUNAI. Essa assessoria é a responsável pela iniciativa da criação do monstro chamado "emancipação".

- Destruído esse monstro em consequência da mobilização da opinião pública o senhor Coronel Zanoni voltou ao ataque criando também o monstruoso "critério de indianidade" que nada mais é do que uma tentativa de emancipar nós índios.

Novamente através de denúncias e pressões públicas esse "critério" foi engavetado. No entanto hoje, ele Zanoni, volta a carga com a promoção de um curso sobre "o que é índio aculturado"

Este Coronel, a cerca de 3 anos atrás, um grupo de índios Xavantes expulsaram-no publicamente da sede da FUNAI. Tomando do seu abraço fizeram-no descer do 7º andar até o pátio



~~empresário~~ da FUNAI, diante de vários reporteres e jornalistas. No entanto até hoje nenhuma providência foi tomada para que nós índios sejamos dispensados de tão incômoda presença.

7. Afonso Moraes - Procurador Jurídico da FUNAI

Esta procuradoria, nós índios não sabemos para que existe. Todas as questões a favor do índio na justiça, nós perdemos. Os assassinos dos índios sempre ficam livres. Nunca são condenados.

8. Cel. Luiz Carlos Correia - Diretor do D.G. Administração

Continuamente esse coronel comparece à FUNAI em absoluto estado de embriaguês. Confessa publicamente que não gosta de índio.

9. Genê Ubirajara Pereira Caubelho - Diretor do D.G. Patrimônio

Indígena

Pessoa ligada à política de redução de áreas indígenas e conhecido por nós índios como sendo discípulo do ex-Diretor Coronel Pagano, que saiu da FUNAI, acusado de corrupção.

10. Coronel GUARANYS - Departamento Geral de Operações - D.G.O

Recentemente assumiu o D.G.O. Nós índios não o conhecemos.

ATUAÇÃO DA FUNAI .

Sobre demarcação das terras indígenas

A FUNAI por força de lei - (Lei 6.001 art. 6º) deveria ter demarcado todas as áreas indígenas no Brasil. Não demarcou nem 10% do território ocupado pelos índios.

A verba alocada anualmente para demarcação das áreas indígenas, por não ser aplicada no exercício, sempre são transformadas em "recursos próprios" e é gasta com despesas supérfluas . O saldo da verba Demarcação de Terras Indígenas - Recursos Próprios do ano de 1981, foi gasto de forma irregular pelo então presidente da FUNAI, Cel. Nobre da Veiga, que adquiriu um prédio no SETOR DE INDÚSTRIA de Brasília, para servir de sede administrativa da FUNAI.

Segundo a própria FUNAI, ainda existem 800 áreas indígenas a serem demarcadas com aproximadamente 60 milhões de hectares.

No ano passado a FUNAI, selecionou para demarcar 82 áreas consideradas prioritárias neste ano e segundo as declarações do próprio presidente da FUNAI, Cel. Paulo Leal, dispõe de verbas suficientes para cumprir o previsto.

Afirma o Cel Leal que dispõe apenas de 30 milhões para demarcar as áreas tidas como prioritárias quando necessitava de 1,5 bilhões de cruzeiros.



Ou seja, pela previsão do Col. Local, este ano nenhuma área indígena será demarcada.

Paralelamente, o sistema de demarcação das terras indígenas é alterado através da revogação do Decreto 76.999 e da aplicação do Decreto 88.118 de 23 de fevereiro de 1983, que dá nova normalização do processo "administrativo" de demarcação de terras indígenas.

Este novo Decreto - 88.118, tira da FUNAI o poder que lhe foi concedido através da lei 6.001 de 19.12.78 e cria uma barreira burocrática através de comissões intermunicípios que julgarão as propostas elaboradas por técnicos da FUNAI.

Com a falta de recursos alegada pelo presidente da FUNAI, com o Decreto 88.118 de 23.02.83 e suas barreiras burocráticas e ainda o descaso da FUNAI, dificilmente neste ano será demarcada alguma área indígena.

Os conflitos nas áreas indígenas continuam, devido a falta de definição dos limites de demarcação. Mortes de índios estão ocorrendo como no recente caso dos índios Wassu que por falta de ação da FUNAI, fazendeiros terminaram por espingardar o índio João Manoel dos Santos que veio a morrer no dia 07 p. passado.

Sobre a Assistência de Saúde

O sistema de saúde da FUNAI foi implantado tendo como base as Equipes Volante de Saúde e os paramédicos (atendentes de enfermagem) nos Postos Indígenas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fls. IX.

Estabeleceu-se uma distribuição de medicamentos através de "farmácias-padrão" que seria distribuídas aos Postos Indígenas com uma listagem padrão de remédios.

Este sistema é falho e não presta a assistência / necessária às comunidades indígenas.

Inicialmente pela forma de visitas que as equipes volantes de saúde fazem as aldeias indígenas - apressadas e / sem o equipamento para exame e às vezes até sem medicamentos.

Medicina preventiva é feita de forma precária. Não conseguindo vacinar nem mesmo 10% da população indígena.

A verba alocada para aquisição de medicamentos é / e sempre foi aquém das necessidades. Este ano por exemplo a FUNAI firmou convênio com a CEME no valor de Cr\$ 59 milhões de cruzeiros para fornecimento de medicamentos para atender todos os Postos Indígenas e comunidades no ano de 1983. Enquanto isto a FUNAI gasta com pessoal administrativo aqui em Brasília - (400 funcionários) aqui na sede, 120 milhões de cruzeiros por mês.

Atuação no Setor de Educação

Praticamente não existe nem plano nem programa de educação na FUNAI.

As poucas escolas que foram instaladas, estão desativadas e as que estão funcionando o fazem de forma precária e desobedecendo a lei que exige que a FUNAI promova o ensino / bilíngue e isto não acontece.

Até mesmo aqui em Brasília, onde existia uma Divi-



são de Educação (que não funcionava) foi desativada e aquele setor é incorporado a Assessoria de Estudos e Pesquisas - AGESP.

ECONOMIA : Atuação da FUNAI neste setor.

A promoção de projetos econômicos para as comunidades indígenas são elaborados pelo "super" órgão ASPLAN, onde entre outros técnicos de nível superior abriga nada menos do que 13 economistas ganhando salários na condição de assessores.

Os projetos quando colocados em prática, transformam-se em projetos deficitários e falidos.

Todos os projetos são elaborados sem a participação das comunidades indígenas e por isto mesmo terminam falidos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O trabalho de assistência prestado pela FUNAI recebe de todos nós índios severas críticas.

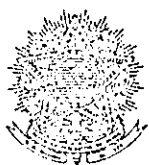
O S.P.I. e FUNAI, apesar dos seus erros no passado, mantinha até pouco tempo um bom relacionamento com as comunidades indígenas. Existia funcionários nossos amigos e tínhamos / confiança neles.

Hoje os funcionários da sede em Brasília, quer nas Delegacias e Postos Indígenas, são pessoas que não tem interesse nem se preocupam com a nossa sorte.

São pessoas declaradas inimigas dos índios e tudo fazem para prejudicar-nos.

Não existe nenhuma amizade entre os funcionários da FUNAI e os índios.

Todos os índios que procuram a FUNAI para solução dos seus problemas, encontram nos funcionários daquele órgão má vontade, descaso e até incompetência.



Os dirigentes da FUNAI, através de promessas não cumpridas e de mentiras ditas a nós índios, foram criando um descrédito total na FUNAI. Nós não acreditamos mais em NINGUÉM na FUNAI.

Sim, porque nós índios estamos vendo a FUNAI, como a nossa principal INIMIGA. Muito mais que os fazendeiros e invasores das terras indígenas.

Senhor Ministro, APELO em nome de todos os índios do Brasil que

V.Excia. determine uma mudança total na política indigenista ora em prática na FUNAI, afastando imediatamente toda a direção da FUNAI, nomeando para os cargos pessoas preocupadas com a nossa sorte e que reconhecidamente sejam amigas dos índios.

Não podemos aceitar que na FUNAI fique trabalhando qualquer funcionário que não seja indigenista e comprometido com a causa indígena.

As comunidades indígenas estão dispostas a romper definitivamente com o órgão tutor.

Para evitar isto, espero que V.Excia. acolha este pedido e tome com maior urgência possível as providências necessárias a MORALIZAÇÃO DA FUNAI.

Atenciosamente

MARIO JURUNA

LIDER MAJANTE

DEPUTADO FEDERAL